

# Diário Eletrônico do Ministério Público RS

## Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

Edição nº 729

### Nesta edição:

#### PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos .....	2
Boletins.....	4
Avisos.....	5

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos .....	5
Súmulas de contrato e convênios.....	6

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	10
---------------	----

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletins.....	11
---------------	----



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição n° 729

---

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

**PORTARIA N.º 2464/2011**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **REDISTRIBUIR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, as atribuições na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, na forma que segue:

**Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas:**

**1º Promotor de Justiça:** 1ª Vara Judicial – Tribunal do Júri, Execução Criminal, Registros Públicos, Fundações e processos cíveis e criminais (todos os processos em andamento na Comarca quando da criação da 2ª Vara Judicial) e JECrim.

**2º Promotor de Justiça:** 2ª Vara Judicial – Defesa Comunitária, Improbidade Administrativa, Infância e Juventude e processos cíveis e criminais da 2ª Vara Judicial (que estai entrando, até igualar o número de processos da 1ª Vara).

Esta Portaria vigorará no período compreendido entre 01 de agosto de 2011 e 31 de janeiro de 2012, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 06 de julho de 2011.

**EDUARDO DE LIMA VEIGA,**

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,**

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

**PORTARIA N.º 2468/2011**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, **DESIGNA** a Dra. ANA ADELAIDE BRASIL SÁ CAYE, Promotora de Justiça de entrância intermediária, ID n.º 3437680, para atuar, em caráter excepcional e temporário, nos assuntos regionais em matéria ambiental, quando o tema ou fato for praticado ou gerar reflexo na região das bacias hidrográficas dos Rios dos Sinos e Gravataí, e para seu exercício poderá:

- a) autuar peças de informação, instaurar inquérito civil e promover ação civil pública para a proteção do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e de interesses correlatos, bem como para a reparação dos danos causados;
- b) receber notícias de danos causados e quaisquer reclamações de entidades de proteção do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural ou de qualquer do povo, diligenciando no sentido de lhes oferecer pronta e eficaz solução;
- c) requerer as medidas judiciais ou requisitar as administrativas de interesse institucional;
- d) promover e acompanhar, com a anuência ou em conjunto com o Promotor de Justiça da respectiva Comarca, qualquer ação civil ou penal para a defesa do meio ambiente em qualquer das comarcas da região abrangida, inclusive na Comarca de Porto Alegre, nos termos do art. 93, II, do CDC;
- e) acompanhar noticiários veiculados pelos meios de comunicação social, diligenciando no sentido de que sejam investigados fatos que, em tese, caracterizem hipóteses de atuação;
- f) manter protocolo das reclamações e pedidos encaminhados à Promotoria de Justiça, podendo fazê-lo em meio eletrônico;
- g) manter livro de registro para o inquérito civil e peças informativas ou equivalente em meio eletrônico;
- h) arquivar na Promotoria de Justiça as reclamações administrativas solucionadas, desde que não importem em compromisso de ajustamento previsto na Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985;
- i) comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis, o ajuizamento de ações civis públicas e a celebração de compromissos de ajustamento;
- j) interagir com as Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia Hidrográfica, com a colaboração do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, para a consecução da atuação integrada em relação às causas ambientais da região;
- k) deliberar sobre o interesse regional do tema ou fato a ser investigado, decidindo motivadamente pela atuação. Caso não conclua pelo interesse regional, remeterá a notícia ao órgão que possuir atribuição para apreciação. Constatando que o interesse é estadual e que é recomendável uma atuação ampliada, encaminhará a análise para o Promotor de Justiça Especializado de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre;
- l) receber e atuar nos procedimentos em andamento, quando publicação deste provimento, nas Redes Ambientais das Bacias Hidrográficas dos Rios dos Sinos e Gravataí serão remetidos ao Promotor Regional Especializado de Defesa do Meio Ambiente, salvo por expressa manifestação em contrário do presidente do ICR, caso em que o designado para os assuntos regionais passará a atuar em conjunto;



Diário eletrônico

---

# Ministério Público

---

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 729

m) utilizar a estrutura administrativa da região das Bacias dos Rios dos Sinos e Gravataí, assim como aquela existente na Sede do Ministério Público em Porto Alegre;

n) exercer outras atribuições conferidas em lei, devendo ainda prestar contas à Corregedoria-Geral do Ministério Público, na periodicidade e forma estabelecida por esse órgão, com cópia ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente; Eventuais conflitos de atribuições e os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Esta Portaria vigorará no período compreendido entre 04 de julho e 02 de agosto de 2011, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 05 de julho de 2011.

**EDUARDO DE LIMA VEIGA**,  
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Provimento n.º 22/2010, **DESIGNA**, a contar de 1º de julho de 2011, os Diretores de Promotoria de Justiça, os Diretores Substitutos de Promotoria de Justiça, os Coordenadores de Promotoria de Justiça Cível, os Coordenadores de Promotoria de Justiça Criminal e os Coordenadores de Promotoria de Justiça Especializada, conforme a listagem dos Promotores de Justiça abaixo:

PORTARIA	NOME	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	DESIGNADO(A) PARA
2511	MARI ONI SANTOS DA SILVA	CAMPO BOM	DIRETORA
2512	IVANDA GRAPIGLIA VALIATI	CAMPO BOM	DIRETORA SUBSTITUTA
2478	MARCELO DOSSENA LOPES DOS SANTOS	CANOAS	COORDENADOR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL
2479	ANGELA CAREN DAL POS	CANOAS	DIRETORA SUBSTITUTA
2480	ANGELA CAREN DAL POS	CANOAS	COORDENADORA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL
2481	AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO	CANOAS	DIRETOR
2482	MARIA AUGUSTA MENZ	CANOAS	COORDENADORA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA
2483	CAROLINE MOTTECY DE OLIVEIRA	PANAMBI	DIRETORA
2484	MARCOS EDUARDO RAUBER	PANAMBI	DIRETOR SUBSTITUTO
2485	GABRIELA MONTEIRO	SÃO LOURENÇO DO SUL	DIRETORA SUBSTITUTA
2486	ROGÉRIO MEIRELLES CALDAS	SÃO LOURENÇO DO SUL	DIRETOR
2487	ROSSANO BIAZUS	PORTO ALEGRE - DEFESA DO CONSUMIDOR	DIRETOR
2488	ALEXANDRE LIPP JOÃO	PORTO ALEGRE - DEFESA DO CONSUMIDOR	DIRETOR SUBSTITUTO
2513	EDUARDO ALBERTO TEDESCO	PORTO ALEGRE - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	DIRETOR
2514	ANDRÉ FELIPE DE CAMARGO ALVES	PORTO ALEGRE - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	DIRETOR SUBSTITUTO

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 11 de julho de 2011.

**EDUARDO DE LIMA VEIGA**,  
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

---

# Ministério Público

---

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição n° 729

## BOLETIM N.º 354/2011

**O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

### PRORROGAR

- por 01 (um) ano, a contar de 02 de agosto de 2011, sem ônus para o Ministério Público, o prazo da Portaria n.º 1020/04, que colocou a servidora FABIANA MACEDO PILAR, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3371310, à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Desembargador, ficando suspenso o período de estágio probatório até o seu retorno às funções originais (PR.00956.00769/2008-5 - Port. 2106/2011).

### DESIGNAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 14 de julho de 2011, o Promotor de Justiça Dr. JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO, ID n.º 3424898, como DIRETOR da Promotoria de Justiça de Santa Maria (Port. 2606/2011).
- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 13 de julho de 2011, o Promotor de Justiça Dr. DIEGO CORREA DE BARROS, ID n.º 3436047, como DIRETOR da Promotoria de Justiça de Uruguaiana (Port. 2607/2011).
- o Dr. GÉRSO LUÍS KIRSCH DAIELLO MOREIRA, Promotor-Assessor, ID n.º 3425908, como Coordenador do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – SIMBA (PR.01365.00340/2011-2 - Port. 2608/2011).
- os servidores NELDO AUGUSTO DOBKE VALADÃO, ID n.º 3429024, e CÉSIO LUIZ VELLEDA LÁZARO DA SILVA, ID n.º 3440150, como Administradores do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – SIMBA – e responsáveis pelos contatos com as Instituições Financeiras e afins, visando ao integral cumprimento das decisões judiciais de quebra de sigilo bancário que utilizem o referido Sistema (PR.01365.00340/2011-2 - Port. 2609/2011).

### RETIFICAR

- a Portaria n.º 2286/2011, para constar que a DIRETORA da Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre é a Dra. ROSELY TERESINHA DE AZEVEDO LOPES, e não como constou (Port. 2489/2011).
- a Portaria n.º 2287/2011, para constar que a DIRETORA SUBSTITUTA da Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre é a Dra. MARIA CRISTINA SANTOS DE LUCCA, e não como constou (Port. 2490/2011).

### CLASSIFICAR

- com base no artigo 4º da Lei n.º 13.208/2009 e consoante manifestação do Promotor de Justiça, expressa no expediente n.º PR.00034.00475/2009-3, o Dr. ISNAR OLIVEIRA CORRÊA, ID N.º 3430413 no cargo de 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Pelotas, de entrância final.
- com base no artigo 4º da Lei n.º 13.208/2009 e consoante manifestação do Promotor de Justiça, expressa no expediente n.º PR.00983.00936/2010-3, o Dr. RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS, ID N.º 3433153 no cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Caxias do Sul, de entrância final.
- com base no artigo 4º da Lei n.º 13.208/2009 e consoante manifestação da Promotora de Justiça, expressa no expediente n.º PR.00975.00256/2011-4, a Dra. FABIANE CIOCCARI, ID N.º 3431827, no cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Santiago, de entrância intermediária.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,

Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

## BOLETIM N.º 355/2011

**O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

### REVOGAR

- a contar de 06 de julho de 2011, a Portaria n.º 0911/2010, que reduziu a carga horária da servidora RAQUEL BATISTA OURIQUE CAIROLI, ID n.º 3448851, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do Art. 6º, § 1º, da Lei n.º 7.253/79 (Port. 2502/2011).

### RETIFICAR

- o Boletim n.º 353/2011, publicado no DEMP de 14/07/2011, na parte que se refere à servidora JUSSARA LIDIANE MEDRONHA DINEGRI, para constar que o número de ID da servidora é 2885301, e não como constou.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 729

**AVISO Nº 44/2011**

Cientifico que, o Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

<b>DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA –GERAL DE JUSTIÇA</b>				
<b>Processo</b>	<b>Termo de Baixa de Patrimônio</b>	<b>Entidade Donatária</b>	<b>Objeto</b>	<b>Fundamento Legal</b>
1969-0900/11-3	1522	Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – Abrigo Institucional – Meninos II	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1999-0900/11-9	1532	Brigada Militar de Pelotas – 2º SGCI	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1708-0900/11-3	1505	Agência Regional Florestal de Lajeado	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1183-0900/11-5	1512	Divisão de Patrimônio da Susepe em Porto Alegre	Mobiliário e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2000-0900/11-1	1531	Prefeitura Municipal de Tururu – Conselho Tutelar	Mobiliário e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1973-0900/11-9	1526	Prefeitura Municipal de Pelotas – Conselho Tutelar	Mobiliário e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,

Diretor-Geral.

---

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/2011**

Institui o uso do Quadro de Lotação pelas Promotorias de Justiça e dá outras providências.

**O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, no uso de suas atribuições legais e, **CONSIDERANDO** a necessidade de racionalizar as atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos – SUBADM, em consonância com o PROPAD,

**RESOLVE** editar a seguinte Ordem de Serviço:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Sul, a planilha de Controle de Lotação – Quadro de Lotação, a ser atualizada pelas Promotorias de Justiça, conforme orientações constantes na página do PROPAD na intranet.

Art. 2º É atribuição dos facilitadores do PROPAD, designados pelos Promotores de Justiça Diretores das Promotorias de Justiça, a atualização do Quadro de Lotação.

§ 1º A atualização do Quadro de Lotação deverá ser realizada nas seguintes circunstâncias:

I - a cada movimentação de servidores ou estagiários na Promotoria de Justiça, entendendo-se movimentação a relocação interna ou o encerramento do contrato de estágio;

II - quando solicitado pela SUBADM.

Art. 3º Toda solicitação de servidores ou estagiários será feita apenas pelo SPU e deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada do Quadro de Lotação atualizado, conforme disposto nesta Ordem de Serviço.

Parágrafo único. A Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos fica autorizada a devolver os protocolos (PR) que não contiverem a informação de atualização do Quadro de Lotação.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

**DANIEL SPERB RUBIN**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição n° 729

**SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO N.º 1296-09.00/11-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/11**

No dia 13 de julho de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa COMERCIAL DE PNEUS KOHLER LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	22 UN	PNEU TIPO 195/60 R15 88H - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 195/60 R15; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-88; CATEGORIA DE VELOCIDADE H; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	NCT5/GOODYEAR	R\$ 185,50	R\$ 4.081,00
7	06 UN	PNEU TIPO 7,50 X 16 - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA 12 LONAS - LISO; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	G32/GOODYEAR	R\$ 390,00	R\$ 2.340,00

**VALIDADE:** 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/06 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO N.º 1296-09.00/11-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/11**

No dia 13 de julho de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa MODELO PNEUS LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	15 UN	PNEU TIPO 235/70 R16 105T M+S - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 235/70 R16; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-105; CATEGORIA DE VELOCIDADE T; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	FIRESTONE/ DESTINATION A/Ts/c	R\$ 330,00	R\$ 4.950,00
9	04 UN	PNEU TIPO 215/75 R17,5 126/124M - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 215/75 R17,5; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-126/124; CATEGORIA DE VELOCIDADE M; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	FIRESTONE/FS-557	R\$ 567,00	R\$ 2.268,00



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição n° 729

**VALIDADE:** 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/06 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO N.º 1296-09.00/11-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/11**

No dia 13 de julho de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa COMÉRCIO DE PNEUS VALETÃO LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	16 UN	PNEU TIPO 205/70 R15C 96T-M+S - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 205/70 R15; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-96; CATEGORIA DE VELOCIDADE T; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	PIRELLI/SCORPION	R\$ 314,00	R\$ 5.024,00

**VALIDADE:** 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/06 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO N.º 1296-09.00/11-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/11**

No dia 13 de julho de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	06 UN	PNEU TIPO 225/50 R17C 98W - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 225/50 R17; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-98; CATEGORIA DE VELOCIDADE W; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	WANLI-S1063	R\$ 460,00	R\$ 2.760,00

**VALIDADE:** 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/06 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição n° 729

**SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO N.º 1296-09.00/11-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/11**

No dia 13 de julho de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	42 UN	PNEU TIPO 175/70 R14 84T - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 175/70 R14; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-84; CATEGORIA DE VELOCIDADE T; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	PIRELLI/P4CINT	R\$ 152,20	R\$ 6.392,40
6	04 UN	PNEU TIPO 185/65 R14 86T - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 185/65 R14; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-86; CATEGORIA DE VELOCIDADE T; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	PIRELLI/P4CINT	R\$ 153,60	R\$ 614,40

**VALIDADE:** 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/06 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO N.º 1296-09.00/11-3**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/11**

No dia 13 de julho de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	08 UN	PNEU TIPO 175/65 R14 82T - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 175/65 R14; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-82; CATEGORIA DE VELOCIDADE T; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	GOODRIDE/SP06	R\$ 136,00	R\$ 1.088,00
3	14 UN	PNEU TIPO 205/70 R15C 104/106R - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 205/70 R15; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-104/106; CATEGORIA DE VELOCIDADE R; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	KUMHO/857	R\$ 268,00	R\$ 3.752,00



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 729

4	42 UN	PNEU TIPO 205/55 R16 91V - NOVO (PRIMEIRA VIDA), NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO; TIPO DE CONSTRUÇÃO RADIAL; DIMENSÃO 205/55 R16; ÍNDICE DE CAPACIDADE DE CARGA IC-91; CATEGORIA DE VELOCIDADE V; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	KUMHO/KU31	R\$ 205,00	R\$ 8.610,00
---	-------	---	------------	------------	--------------

**VALIDADE:** 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/06 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO**  
**PROCESSO 2140-09.00/11-7**  
**CO.24274**

**CONTRATADA:** FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP; **OBJETO:** contratação de prestação de serviços visando à realização dos seguintes projetos educacionais: “Improbidade Administrativa”, “Nova Lei de Falências e Recuperação Judicial” e “Direitos Difusos e Coletivos”; **VALOR TOTAL:** R\$ 14.854,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 14/07/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**  
**PROCESSO N.º 1897-09.00/11-5**  
**CONVITE N.º 29/11**

**CONTRATADA:** ALFA SUL ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Planalto, situado na Rua Humberto de Campos, n.º 735, incluindo o fornecimento de materiais, prevista para ser executada em 02 (dois) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 52.700,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30/3.3.90.39, Rubricas 3032/3930; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL**  
**PROCESSO N.º 6552-09.00/04-3**

**LOCADOR:** LIANE MARIA HENSEL, através de seu procurador, Sr. FELIPE BOCK; **OBJETO:** prorrogação, por 12 (doze) meses, a contar de 08 de julho de 2011, do prazo de locação do imóvel situado na Avenida Brasil, n.º 50, em Portão/RS; e reajuste do valor da locação, de acordo com a variação dos últimos 12 (doze) meses do IGP-M, de 8,65%, resultando, assim, na quantia mensal de R\$ 509,35; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusulas segunda e terceira, parágrafo primeiro, do contrato celebrado.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 11 de julho de 2011.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

**BOLETIM Nº 07/2011 – CAO-DH**

**O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

**1) Inquérito Civil Público nº 00936.00010/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, em 06 de julho de 2011, com a finalidade de apurar eventual negativa de realização de partos cesáreos pelo SUS no hospital local, tendo como investigada a Associação Beneficente Santa Rosa de Lima.

**2) Inquérito Civil Público nº 00716.00012/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, em 28 de junho de 2011, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no Conselho Municipal do Idoso e no Fundo Municipal do Idoso do município de Arroio Grande.

**3) Inquérito Civil Público nº 00723.00013/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Alcécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, em 08 de julho de 2011, com a finalidade de averiguar questão envolvendo atendimentos por intermédio do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – 192, da Secretaria Municipal de Saúde, no município.

**4) Peças de Informação nº 00727.00017/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de Cacequi, em 22 de junho de 2011, com a finalidade de fiscalizar a observância das normas de acessibilidade previstas no Decreto nº 5.296/2004 e na Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelo município.

**5) Inquérito Civil Público nº 00732.00047/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, em 30 de junho de 2011, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de atos de improbidade administrativa, pelo município de Chувиска, pela falta de rede de água nas localidades de Rincão do Facão e Capela Velha.

**6) Inquérito Civil Público nº 00748.00123/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 20 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a verificação da acessibilidade nas agências bancárias de Caxias do Sul.

**7) Inquérito Civil Público nº 00748.00124/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 20 de junho de 2011, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades encontradas no Hospital Geral em Auditoria feita pelo Sistema Nacional de Auditoria – SNA.

**8) Inquérito Civil Público nº 00748.00115/2011** – instaurado

pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 1º de junho de 2011, com a finalidade de investigar negativa na realização de exames pela Secretaria Municipal da Saúde.

**9) Inquérito Civil Público nº 00748.00125/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 20 de junho de 2011, com a finalidade de investigar acessibilidade no acesso ao Hospital Geral pela BR-116.

**10) Inquérito Civil Público nº 00748.00127/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 20 de junho de 2011, com a finalidade de investigar possível irregularidade na dispensação do medicamento Quetiapina 100mg, Código 10556, pelo Sistema Único de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do RS.

**11) Inquérito Civil Público nº 00950.00018/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgamann, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, em 02 de junho de 2011, com a finalidade de investigar depósito irregular de resíduos, inadequação de condições higiênicas-sanitárias e irregularidades quanto ao licenciamento legal.

**12) Inquérito Civil Público nº 00776.00017/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, em 15 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a anunciada cobrança de valores para realização de exame de tomografia em procedimento pelo SUS, sendo investigado o Hospital Beneficente São Pedro.

**13) Inquérito Civil Público nº 00776.00020/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, em 20 de junho de 2011, com a finalidade de apurar falta de atendimento no Posto de Atendimento Médico do município, consoante representação apresentada por Hospital Beneficente São Pedro.

**14) Inquérito Civil Público nº 00777.00007/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a implementação da acessibilidade no município, visando garantir a inclusão das pessoas com deficiência, conforme a Constituição Federal.

**15) Inquérito Civil Público nº 00777.00008/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a implementação da acessibilidade no município de Viadutos, visando garantir a inclusão das pessoas com deficiência, conforme a Constituição Federal.

**16) Inquérito Civil Público nº 00777.00009/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a implementação da acessibilidade no município de Áurea, visando garantir a inclusão das pessoas com deficiência, conforme a Constituição Federal.

**17) Inquérito Civil Público nº 00777.00010/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a implementação da acessibili-



dade no município de Centenário, visando garantir a inclusão das pessoas com deficiência, conforme a Constituição Federal.

**18) Inquérito Civil Público nº 00777.00011/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a implementação da acessibilidade no município de Carlos Gomes, visando garantir a inclusão das pessoas com deficiência, conforme a Constituição Federal.

**19) Inquérito Civil Público nº 00794.00038/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça de Ijuí, em 20 de junho de 2011, com a finalidade de apurar possível lesão aos interessados dos usuários do SUS em decorrência da deficiência da prestação dos serviços médicos especializados (consultas e cirurgias) de média complexidade, no âmbito de abrangência da 17ª Coordenadoria Regional de Saúde.

**20) Inquérito Civil Público nº 00794.00039/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça de Ijuí, em 22 de junho de 2011, com a finalidade de apurar possível lesão aos interesses individuais homogêneos dos alunos matriculados no curso de educação física da investigada, tidos como consumidores na acepção do artigo 2º da Lei nº 8.079/90, tendo em vista a ausência de adequação do referido curso às diretrizes preconizadas pelo MEC, em possível prejuízo ao seu exercício profissional.

**21) Inquérito Civil Público nº 00794.00030/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça de Ijuí, em 04 de maio de 2011, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na comercialização de produtos de origem animal, sem a devida fiscalização dos órgãos de controle, no município de Coronel Barros.

**22) Inquérito Civil Público nº 00794.00031/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça de Ijuí, em 11 de maio de 2011, com a finalidade de apurar possível lesão aos interessados individuais homogêneos dos consumidores do município, em razão do adimplemento imperfeito do contrato de prestação de serviços de internet móvel celebrado com o investigado.

**23) Inquérito Civil Público nº 00794.00033/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça de Ijuí, em 13 de maio de 2011, com a finalidade de apurar possível lesão aos interesses dos consumidores tendo em conta a veiculação de publicidade enganosa por profissional da saúde, consistente em anunciar especialidade para a qual não está legalmente habilitado.

**24) Inquérito Civil Público nº 00794.00034/2011** - instaurado pela Promotoria de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Ijuí, em 19 de maio de 2011, com a finalidade de investigar os riscos à saúde dos alunos, professores e funcionários da Escola Estadual Rui Barbosa, em razão de contaminação por dejetos de pombas domésticas residentes no local.

**25) Inquérito Civil Público nº 00807.00006/2010** - instaurado pela Promotoria de Justiça Stela Bordin, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, em 26 de abril de 2010, com a finalidade de investigar a regularização da organização e atua-

ção dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e das Equipes de Saúde da Família (ESF) no âmbito do município.

**26) Inquérito Civil Público nº 00815.00015/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, em 1º de julho de 2011, com a finalidade de apurar eventuais não conformidades nas condições sanitárias do Hospital Unimed Vale dos Sinos.

**27) Inquérito Civil Público nº 00815.00016/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, em 27 de junho de 2011, com a finalidade de apurar eventuais não conformidades na sinalização e fiscalização do trânsito na rotatória das ruas Guia Lopes, Sapiranga e Coronel Travassos.

**28) Inquérito Civil Público nº 01210.00004/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, da Promotoria de Justiça de Osório, em 11 de julho de 2011, com a finalidade de investigar condições de funcionamento e sanitárias do Instituto Beneficente de Ação Social Emanuel de Terra de Areia – Clínica de recuperação de dependentes químicos.

**29) Inquérito Civil Público nº 00943.00008/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na Instituição de Longa Permanência de Idosos Alegria de Viver.

**30) Peças de Informação nº 01128.00071/2011** - instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 28 de junho de 2011, com a finalidade de investigar supostas irregularidades praticadas pela empresa Iodontosul, que estaria comercializando o produto Tartarisul para uso em saúde, sem registro na Anvisa.

**31) Inquérito Civil Público nº 01128.00076/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 04 de julho de 2011, com a finalidade de averiguar o cumprimento da recomendação expedida ao município de Porto Alegre a fim de que implemente política para moradia transitória e permanente de saúde mental.

**32) Peças de Informação nº 01128.00073/2011** - instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 29 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a falta de médicos infectologistas no Hospital Sanatório Partenon.

**33) Inquérito Civil Público nº 01128.00070/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 28 de junho de 2011, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades no atendimento aos idosos no Lar dos Idosos ASPRO VIDA.

**34) Inquérito Civil Público nº 01128.00068/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 22 de junho de 2011, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades no atendimento aos idosos no Residencial Geriátrico Dom Giovane.



**35) Inquérito Civil Público nº 01128.00075/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades no funcionamento do Pensionato Nossa Senhora de Fátima, instituição de longa permanência para idosos.

**36) Inquérito Civil Público nº 01128.00077/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 11 de julho de 2011, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades no funcionamento do Residencial Convivência.

**37) Inquérito Civil Público nº 01128.00078/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 13 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a eventual demora para marcação de consulta com Clínico Geral no Centro de Saúde Santa Marta.

**38) Peças de Informação nº 01128.00079/2011** - instauradas pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 14 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a demanda reprimida por consultas na UBS Camaquã, pela Secretaria Municipal de Saúde.

**39) Peças de Informação nº 01128.00067/2011** - instauradas pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de junho de 2011, com a finalidade de averiguar a possível falta de exames de Densitometria Óssea no município de Porto Alegre.

**40) Inquérito Civil Público nº 00850.00005/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, da Promotoria de Justiça de Quaraí, em 16 de maio de 2011, com a finalidade de apurar a existência de lei municipal que regula horários de funcionamento dos bancos e o tempo máximo de espera para atendimento nas instituições bancárias instaladas no município.

**41) Inquérito Civil Público nº 00864.00110/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a prestação de serviços de saúde no município de Itaara.

**42) Inquérito Civil Público nº 00864.00114/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a fiscalização de instituições de longa permanência de idosos no Centro de Convivência para idosos Grisallys Ltda.

**43) Inquérito Civil Público nº 00864.00114/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 05 de julho de 2011, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na escala de plantões no Pronto Atendimento Municipal.

**44) Inquérito Civil Público nº 01223.000012/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, em 21 de junho de 2011, com a

finalidade de apurar a eventual ocorrência de atendimento desumano e humilhante aos usuários do SUS no Hospital de Caridade de Santiago por parte de médicos que compõem o seu corpo clínico, inclusive por meio da notícia da morte do paciente Luiz Carlos Deponi.

**45) Inquérito Civil Público nº 00887.00033/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flávio Pretto, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, em 1º de julho de 2011, com a finalidade de analisar possível irregularidade na prestação de serviço de transporte de pacientes de Barão do Triunfo para Porto Alegre.

**46) Portaria nº 37/2011** - emitida pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 06 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a denúncia de que a Fundação Hospital Centenário tem certa quantidade de leitos desativados, embora haja flagrante necessidade de mais leitos para atender a comunidade a contento, afrontando, assim, os direitos coletivos de saúde da população leopoldense.

**47) Inquérito Civil Público nº 01128.00077/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, da Promotoria de Justiça de Vacaria, em 17 de junho de 2011, com a finalidade de verificar a regularidade da unidade de atendimento a dependentes químicos por parte do Centro de Reabilitação para Dependentes Químicos Santa Luzia.

**48) Inquérito Civil Público nº 033/2011** - instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, da Promotoria de Justiça de Vacaria, em 29 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a mediação para a formatação de um novo contrato entre os municípios da região e o Hospital Nossa Senhora da Oliveira, visando qualidade do atendimento ao usuário do Sistema Único de Saúde - SUS.

**49) Peças de Informação nº 00930.00068/2011** - instauradas pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, em 24 de junho de 2011, com a finalidade de investigar se há norma legal prevendo a instalação de banheiros em praças públicas no município.

**50) Peças de Informação nº 00930.00058/2011** - instauradas pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, em 06 de junho de 2011, com a finalidade de investigar objeto da Audiência Pública, realizada em 05 de maio de 2011.

**51) Peças de Informação nº 00930.00063/2011** - instauradas pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, em 15 de junho de 2011, com a finalidade de investigar e acompanhar acordo homologado judicialmente nos autos da Ação Civil Pública nº 039-105.000536-3 em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca em que figura Gustavo Oliveira da Silva como compromissário.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

**FRANCESCO CONTI,**

Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.  
De acordo.

**MARCELO LEMOS DORNELLES,**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico

---

# Ministério Público

---

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição n° 729

---

**CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO**

**EDITAL N ° 128/2011**

**FAÇO PÚBLICO QUE O EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, conforme previsto no artigo 15, inciso I, da Lei nº 8.625/93, irá elaborar lista sêxtupla para preenchimento de 01 (uma) vaga no Superior Tribunal de Justiça, na classe do Ministério Público, nos termos do artigo 104, parágrafo único, inciso II e artigo 94, caput, da Constituição Federal. Os membros do Ministério Público interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, a contar da presente publicação, para manifestação por escrito neste sentido, conforme artigo 37 do Regimento Interno do referido Conselho. (Proc. PR.00001.01419/2011-50)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 15 de julho de 2011.

**EDUARDO DE LIMA VEIGA,**  
Procurador-Geral de Justiça.